

Aviso

Em cumprimento do disposto na alínea b) do nº 1 e do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, após a conclusão do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal desta Secretaria-Geral, aberto pelo Aviso (extrato) nº 10120/2019, de 5 de junho, publicado no *Diário da República*, 2ª série, nº 114, de 17 de junho e OE da BEP n.º 201906/0377 foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira/categoria de Técnico Superior com o trabalhador Luís Carlos da Silva Correia, tendo o mesmo ficado posicionado na 2ª posição remuneratória e no 15º nível, previstos na tabela remuneratória única.

Para efeitos do disposto nos artigos 45º e 46º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, o júri do período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Mestre Sónia Raquel dos Santos Gonçalves, Chefe de Divisão de Gestão de Contratação e Património, desta Secretaria-Geral;

Vogais: As licenciadas Patrícia Maria Pacheco de Oliveira Nunes e Sofia Cristina Correia Magalhães, Técnicas Superiores da Direção de Serviços de Contratação Pública e Património, desta Secretaria-Geral.

O período experimental iniciou-se em 1 de fevereiro de 2020, com a celebração do contrato e tem a duração de 180 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na Cláusula 6ª do Acordo Coletivo de Trabalho nº 1/2009, publicado no *Diário da República*, 2ª série, nº 188, de 28 de setembro *ex vi* do nº 3 do artigo 370º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho.

21 de fevereiro de 2020– O Secretário-Geral Adjunto, João Manuel Domingos da Silva Rolo.